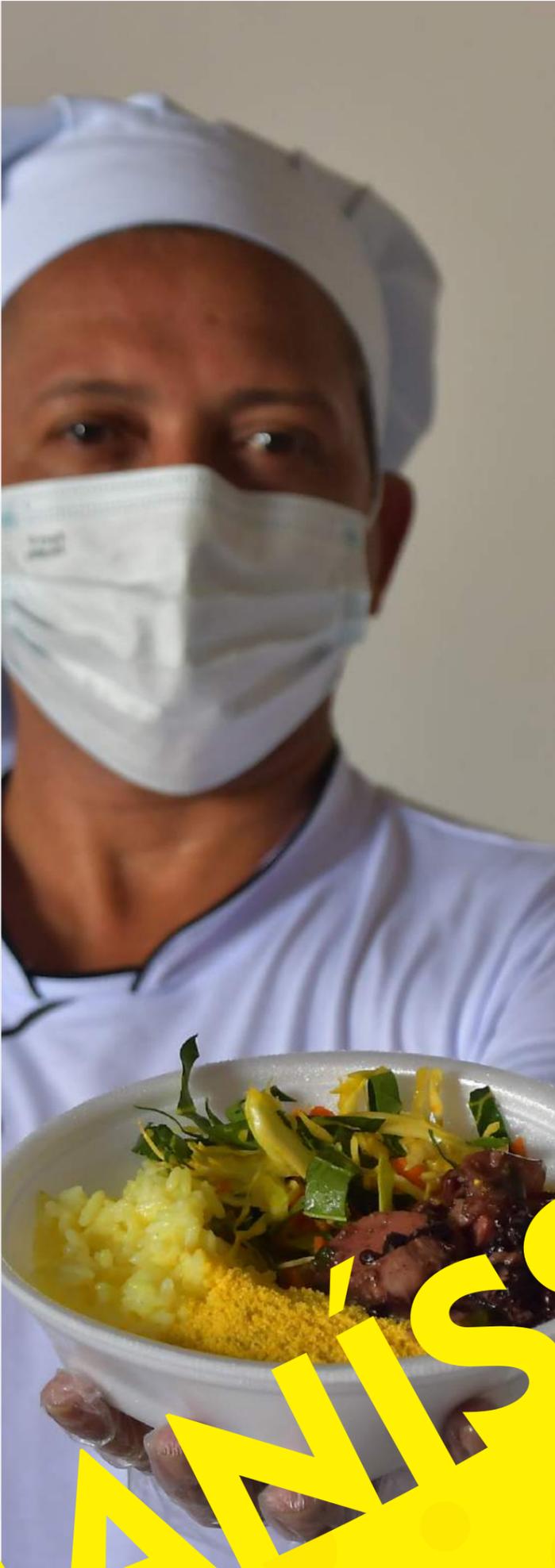


Janeiro 2023



HUMANÍSSIMA



SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano

Governador
João Azevêdo

**Secretário de Estado Desenvolvimento
Humano**
Tibério Limeira

Projeto Gráfico, ilustração e capa
Jackson Macena

Jornalismo
Rosemary Augusto
Jéssica Nascimento
Paulo Roberto

Fotografia
ManodeCarvalho
Alberto Machado
Francisco França

Revisão
Jailma Vasconcelos de Carvalho
Francisca Vieira
Rosemary Augusto

EDITORIAL

Em janeiro de 2020, recebi a convite do governador João Azevedo uma grande e valorosa missão: a de assumir a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), órgão fundamental no desenvolvimento de políticas públicas no Estado da Paraíba, responsável por elaborar, coordenar e implementar serviços, programas, projetos e benefícios nas áreas de Segurança Alimentar; Assistência Social; Direitos Humanos; Trabalho, Emprego e Renda e Economia Solidária. Logo quando chegamos no comando da SEDH, fomos surpreendidos (as) com uma realidade

bastante adversa: a pandemia do coronavírus, que evidenciou as desigualdades vivenciadas por toda a sociedade e nos colocou na linha de frente das consequências sociais e econômicas trazidas por este período, sendo chamados (as) a atuar em diversas frentes.

Acolhemos com muita responsabilidade a adoção de medidas de garantia de direitos, caminhando na contramão de um desenho nacional que contribuiu para números alarmantes de desproteção social,

sobretudo, com as taxas elevadas de desemprego; a volta do Brasil ao Mapa da Fome, onde assistimos famílias inteiras disputando comida em caminhões de lixo e nas vexatórias “filas dos ossos” e vivenciamos ainda, a mais nefasta de todas essas desproteções, que é a perda de aproximadamente 695 mil pessoas vítimas da COVID-19.

Nesse cenário, a SEDH se tornou um instrumento chave na implementação de ações imprescindíveis para minimizar os efeitos mais nocivos desse contexto. Dos atendimentos mais emergenciais às ações mais estruturantes, mantivemos nossas portas abertas e contamos com toda uma estrutura de governo que permitiu desempenhar um dos papéis mais desafiantes de nossas vidas.

Enquanto a fome nos envergonhava Brasil afora, implementamos o maior programa de Segurança Alimentar da história da Paraíba, sendo reconhecido nacionalmente, com a estruturação do “Tá na Mesa”, que nasce como um programa emergencial e se torna política pública pela Lei 12059/2021. Hoje contempla 147 municípios paraibanos, ofertando mais de 36 mil refeições diárias ao valor de R\$1,00. Esse é um marco histórico não só pelo fortalecimento da política de Segurança Alimentar e Nutricional na Paraíba, mas também, pelo fortalecimento da economia local com a contratação de restaurantes, em sua maioria, oriundos do próprio município atendido com o programa.

Ainda na contramão de diversas realidades adversas, no campo da Segurança Alimentar e Nutricional é indispensável demarcar que somos o governo que dobramos o número de Restaurantes Populares no Estado, saindo de quatro (04) restaurantes em 2019 e chegando a dez (10) Restaurantes Populares atualmente.

Frisamos que além dessas medidas, somos o governo do “Prato Cheio”, que, executado em parceria com a Arquidiocese da Paraíba beneficia pessoas em situação de rua e de vulnerabilidade social com a distribuição diária de café da manhã, almoço e jantar.

Com essas três ações de Segurança Alimentar e Nutricional, atingimos a casa de mais de 1 milhão de refeições mensais distribuídas em nosso Estado e garantimos com que chegue à população mais vulnerável o direito básico e mais elementar de nossas vidas, que é ter um prato de comida para se alimentar.

Não podemos deixar de citar também o “Programa Cartão Alimentação”, que atualmente contempla 52 mil famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Quando assumimos a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, o Governo Estadual institucionalizou por força de Lei o programa e duplicou o valor do benefício, com crédito mensal individual de R\$ 50,00. Hoje o programa está em processo de reordenamento, representando uma ampliação de 92 para 136 municípios contemplados e em breve chegará aos 223 municípios do Estado.

Já no âmbito da Política de Assistência Social, durante esses três anos de gestão, estivemos atentos(as) às suas configurações em nível nacional. Passamos pelos maiores desafios de nossa história sofrendo com o desmonte no campo do financiamento público e mesmo diante desse panorama, firmamos compromisso público de resistência e garantia da manutenção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Compomos a Câmara Temática de Assistência Social do Consórcio Nordeste e o Fórum Nacional de Secretários da Assistência Social (FONSEAS), nos empenhando em propor estratégias regionais de enfrentamento ao desfinanciamento e, sobretudo, de dar respostas às demandas sociais agravadas pelo contexto pandêmico.

Mesmo em face da crise, fomos o primeiro Estado a implantar e implementar o “Programa Paraíba que Acolhe”, para crianças e adolescentes órfãos(ãs) da Covid-19, beneficiando-os com apoio financeiro de R\$500 (quinhentos reais) ao mês e com previsão de chegarmos à cobertura de 500 crianças e adolescentes órfãos(ãs) em todo Estado.

Na perspectiva de proteção absoluta ao segmento de crianças e adolescentes, seguimos com a implantação do “Família Acolhedora”, sendo experiência pioneira no serviço de acolhimento familiar no país na modalidade regionalizada, com abertura de seis (06) núcleos regionais referenciando 114 municípios até o momento.

Fortalecemos também a parceria público privado, firmando um conjunto de convênios com a rede privada do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), possibilitando a ampliação do atendimento aos segmentos de crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e pessoas idosas. Citamos assim, o aumento de recursos no Projeto Acolher e criamos os primeiros Centros de Referência para Autistas nas cidades de João Pessoa e Campina Grande.

Pautamo-nos num modelo de gestão que dialoga com os municípios por meio da Comissão Intergestora Bipartite (CIB) e outras instâncias de pactuação, compartilhando responsabilidades e definindo regras para condução de ações estratégicas, como o Cofinanciamento Estadual, o reordenamento do Cartão Alimentação, o CapacitaPB +SUAS, o Sistema SISMSE-PB, fortalecendo uma gestão democrática e horizontal.

As pautas e ações voltadas à promoção, garantia e defesa dos Direitos Humanos tiveram destaques na gestão estadual com a implementação de três Programas de Proteção à Vida.

Outra ação exitosa foi a criação da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), que tem possibilitado a mediação em diversas áreas de conflitos fundiários, urbanos e rurais.

Iniciada no contexto de pandemia e fortalecida atualmente com ações integradas, passamos a construir a “Política de Abrigamento aos Migrantes Refugiados Venezuelanos Indígenas da Etnia Warao”. Diante da demanda apresentada à Paraíba, buscamos formas de executar uma política tão desafiadora e urgente no contexto de

migrações em todo o mundo, experiência reconhecida e premiada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

E no ano de 2021, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento à Comunidade Cigana de Sousa em parceria com outros órgãos, com o intuito de contribuir para a dignidade e o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais em nosso território.

Não podemos também deixar de mencionar a reparação histórica promovida por esse Governo, que assinou a Ordem de Serviço para a implantação da “Agrovila Águas de Acauã”, na perspectiva de reassentar comunidades e famílias atingidas pela construção da Barragem de Acauã. Cabe ressaltar que esse é um sonho esperado há mais de 20 anos pela comunidade que vive naquela região.

Foi também nesses três anos que ampliamos o acesso ao direito à documentação básica e outros serviços e, na perspectiva de encurtar distâncias, levamos dignidade para a população, com a implantação de 23 novas Casas da Cidadania no Estado, além de ampliarmos e aprimorarmos as Ações Itinerantes do Programa Cidadão, garantindo a aquisição gratuita à documentação para a população mais vulnerável.

E é nesse sentido, que com muito orgulho e o mesmo compromisso assumido desde que aceitei o convite do governador João Azevedo, que olho hoje para todas essas ações e reafirmo que buscamos realizar aquilo que há de melhor no conjunto das políticas públicas desenvolvidas em nosso Estado, atingindo diversos segmentos, mudando diversas realidades, reafirmando que é por meio do Desenvolvimento Humano, que de fato, garantimos os direitos do povo paraibano.

Tibério Limeira

Secretário de Estado do Desenvolvimento Humano

ÍNDICE

SEGURANÇA ALIMENTAR

9 TÁ NA MESA

10 RESTAURANTE POPULAR

12 PRATO CHEIO

13 CARTÃO ALIMENTAÇÃO

14 PROGRAMA ALIMENTA BRASIL

15 INCENTIVO A PRODUÇÃO E AO CONSUMO DE LEITE/
COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA

ASSISTÊNCIA SOCIAL

16 CASA DA CIDADANIA

18 SERVIÇO DE FAMÍLIA ACOLHEDORA

20 PROGRAMA 'PARAÍBA QUE ACOLHE

22 PROGRAMA PARAÍBA PRIMEIRA INFÂNCIA

24 PROGRAMA CIDADÃO

25 PROGRAMA HABILITAÇÃO SOCIAL DA PARAÍBA/
PROJETO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL (PES)

26 ESCRITÓRIO SOCIAL

28 PROJETO MEU 1º ESPORTE

30 LANÇAMENTO DO SISMSEP/ ESCOLA DOS CONSELHOS/ CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA PARAÍBA - CEDCA PB

31 CAPACITA PB + SUAS/ SIPIA - CONSELHO TUTELAR

32 CREAS REGIONAIS

34 13ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PARAÍBA

35 COFINANCIAMENTO/ PROJETO ACOLHER

DIREITOS HUMANOS

38 PROGRAMA DE PROTEÇÃO A PESSOAS AMEAÇADAS DE MORTE

39 MIGRANTES E REFUGIADOS

40 DISQUE 123

42 CENTRO DE ATENDIMENTO AO AUTISTA

EMPREGO E RENDA

44 SINE- PB

46 CENTRO PÚBLICO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

ABONO NATALINO

Desenvolvimento SEGURANÇA



Humano em Ação

ALIMENTAR

TÁ NA MESA

Programa criado pelo Governo do Estado da Paraíba em 2021, inicialmente como uma medida emergencial de enfrentamento aos efeitos causados pela pandemia da Covid-19, o Tá na Mesa se tornou uma política pública efetiva pela Lei 12.059 em setembro de 2021. O Programa atua em duas frentes, social e econômica. A social voltada para segurança alimentar e nutricional assegurando alimentação básica; a econômica fomentando o comércio local através dos restaurantes, que vendem almoço no valor simbólico de um real.

Tá na Mesa: em 147 municípios.
Refeições diárias 36.900 mil
Refeições mensais 811.800 mil
Investimento: R\$ 5.466.989,00



RESTAURANTE POPULAR



Equipamento de grande importância para a política de Segurança Alimentar, por isso nos últimos anos foram implantadas seis unidades: Cajazeiras, Pombal, São Bento, Monteiro, Guarabira e Souza. Hoje são dez Restaurantes Populares mantidos com recursos do tesouro estadual, que fornecem 12.125 mil refeições diárias, com um investimento de R\$24 milhões/ por ano.



PRATO CHEIO



Iniciado em João Pessoa, o Projeto foi ampliado para mais três municípios, Campina Grande, Guarabira e Patos, ofertando mais de sete mil refeições diárias. O projeto é executado por meio de convênio com a Arquidiocese da Paraíba, para atender a população em situação de rua com a distribuição de três refeições: café, almoço e jantar.

CARTÃO ALIMENTAÇÃO

O Cartão Alimentação é um programa socioassistencial de transferência de renda que concede auxílio alimentação para as famílias em situação de vulnerabilidade social. Criado em 2016, o Programa foi assegurado enquanto política pública através da Lei 12,166, em dezembro de 2021. Com o Decreto nº 41.085/2021, houve a prorrogação do valor de R\$35 para R\$50, que se tornou definitivo após aprovação da Lei que regulamenta o Programa.

O Cartão Alimentação é recarregado mensalmente com um crédito de R\$50 (cinquenta reais por família), para serem utilizados na compra de gêneros alimentícios nos 375 (trezentos e setenta e cinco) estabelecimentos credenciados em todo o Estado, que além de contribuir para a segurança alimentar das famílias paraibanas, fomenta a economia local gerando emprego e renda.



O Programa ampliou de 92 para 137 municípios da Paraíba, atendendo cerca de 52.000 (cinquenta e dois mil) beneficiários (as).

PROGRAMA ALIMENTA BRASIL

A política pública federal, anteriormente chamada de Programa de Aquisição de Alimentos, é destinada à promoção do acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como à inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, à comercialização e ao consumo, com o fortalecimento da agricultura familiar. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, executa as modalidades: Incentivo à produção e ao consumo de Leite e Compra com Doação Simultânea - CDS.

PROGRAMA ALIMENTA BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA

Nesta modalidade, os agricultores conseguem comercializar uma grande parte da produção, e em alguns casos, toda ela.

Também, o programa contribui com a saúde da população vulnerável promovendo o acesso a alimentos saudáveis, melhorando a qualidade de vida e combatendo a insegurança alimentar.

Em 2020

Investimento: R\$ 9,1 milhões,
Alimentos: comprados e distribuídos 4,1 toneladas.

Em 2022

Investimento: R\$ 5 milhões.
Alimentos: compradas e distribuídas 238 toneladas.

INCENTIVO À PRODUÇÃO E AO CONSUMO DE LEITE

Executado em parceria com o Governo Federal, o Governo da Paraíba, injeta 20% de contrapartida no investimento total desta ação.

A fim de atualizar os valores, o Governo do Estado ainda mantém um subsídio, destinado aos produtores e usinas de beneficiamento de leite.

O subsídio aumentou em 0,40 centavos o valor do litro do leite.

Beneficiados:

73 municípios

26 mil famílias

1300 produtores de leite

09 usinas



ASSISTÊNCIA SOCIAL

IMPLANTADAS 23 CASAS DA CIDADANIA

O Governo, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, vem ampliando a prestação de serviço ao público que busca o acesso à documentação.

Através das Casas da Cidadania, a população pode dispor de diversos serviços em um só lugar, seja federal, estadual e da iniciativa privada.

Foram inauguradas - Remígio, Catingueira, Monteiro, Ouro Velho, Conde, Pitimbu, Cacimba de Areia, Itabaiana, Tacima, Solânea, São João do Rio do Peixe, Ingá, Princesa Isabel, Teixeira, Santa Terezinha, Juazeirinho, Mari, Mamanguape, Santana dos Garrotes, Catolé do Rocha, Cabaceiras, Camalau e Umbuzeiro. Atualmente estão em funcionamento 45 Casas.

Em fase de implantação estão prevista a entrega de mais quatro Casas da Cidadania, nos municípios de Serra Branca, Queimadas, João Pessoa (Valentina) e Campina Grande (Shopping Partage).

SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO



CASA DA
CIDADANIA

GERALDO BOSCO PEREIRA CAMBOIM
"BOSCO CAMBOIM"



SERVIÇO DE FAMÍLIA ACOLHEDORA





É um serviço de acolhimento previsto da Política de Assistência Social organizado de acordo com os princípios do ECA, que torna o acolhimento provisório, e a manutenção da convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos que foram afastadas de suas famílias por medida de proteção. O objetivo do serviço é organizar o acolhimento em residências de famílias acolhedoras, até que seja possível o retorno à família de origem, não sendo possível, será feito o encaminhamento para família extensa e/ou adoção. Atualmente são 6 pólos regionalizados abrangendo um total de 113 municípios atendidos. A experiência foi destaque na revista "Gestão Social" (4ª Edição), lançada no Encontro do Fórum de Secretários de Estado de Assistência Social (FONSEAS).

PROGRAMA 'PARAÍBA QUE ACOLHE'





O Programa consiste na concessão de auxílio financeiro de R\$ 500,00 mensais, aos filhos que ficaram órfãos em decorrência da Covid-19.

Na Paraíba, o Governo do Estado instituiu o Programa Paraíba que Acolhe através da Lei nº 12.049, em setembro de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 41.818/2021, iniciando sua execução com abrangência para os 223 municípios.

Além do auxílio financeiro, as crianças e adolescentes tem acompanhamento do rendimento escolar e são inseridas nas redes socioassistencial e de saúde.

Investimento anual estimado: R\$ 4,4 milhões.

Beneficiários: 53 crianças e adolescentes.

PROGRAMA PARAÍBA PRIMEIRA INFÂNCIA





Criado em 2021 o Programa Paraíba Primeira Infância, constitui-se um instrumento no qual o Estado da Paraíba e os Municípios asseguram o atendimento dos direitos das crianças de 0 a 6 anos de forma integral e integrada. Devido ao seu caráter intersetorial, tem como premissa a articulação com as diversas políticas setoriais através do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas pela Primeira Infância. O Programa se estrutura através dos seguintes eixos: a) o cuidado materno-infantil; b) cuidado com a convivência familiar e comunitária; c) cuidado com a diversão; d) cuidado com o desenvolvimento. As ações e estratégias são assumidas por meio das políticas de assistência social, saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura, juventude, esporte e lazer e outras.

PROGRAMA CIDADÃO

O Programa Cidadão tem o objetivo de proporcionar às pessoas de baixa renda os meios necessários à sua legalização junto aos órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, por meio da emissão de documentações.

Além do atendimento na unidade fixa em João Pessoa, o Programa também atende nos demais municípios através das Ações Itinerantes, beneficiando toda população com prioridade para os reeducandos do sistema prisional, população em situação de rua, pessoas com deficiência, quilombolas, ciganos e indígenas.

Em 2020 a 2022

Ações itinerantes: 334 municípios visitados, em 404 ações executadas.
Números de documentos emitidos nas ações: 614.385.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, em outubro de 2021, firmou parceria com a Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia, através do Programa Primeira Chance, que permitiu a ampliação do atendimento no posto fixo em João Pessoa, com a incorporação de 10 estagiários na equipe.
Posto Fixo: 300 atendimentos diariamente nos dois turnos.

Serviços ofertados: emissão de RG e Carteira de Trabalho Digital, CPF, fotos 3x4 e antecedente criminal.





PROGRAMA HABILITAÇÃO SOCIAL DA PARAÍBA - CNH

A ação executada em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano e o Departamento Estadual de Trânsito/PB (Detran), tem o objetivo de atender à população com até meio salário mínimo, incluindo motoboys que trabalham com delivery.

Na edição de 2021 foi concedida 5.000 vagas de forma gratuita, a obtenção da Autorização para Condução de Ciclomotores (ACC) e da primeira Carteira Nacional de Habilitação (CNH), nas categorias A ou B, bem como adição e mudanças de categorias e renovação do documento de habilitação.

PROJETO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL (PES)

O Projeto Envelhecimento Sáudavel - PES, tem o objetivo de assegurar, através de atendimentos fisioterapêuticos, da implementação de PICs (Práticas Integrativas Complementares), por meio da auriculoterapia, e de atividades físicas que o processo fisiológico do envelhecimento aconteça de maneira a preservar as atividades da vida diária, atuando através de uma conduta personalizada e individual, diante da identificação de idosos que possuam patologias e comorbidades preexistentes, garantido melhor qualidade de vida. Os atendimentos são ofertados aos idosos residentes do Programa Cidade Madura nas cidades de: João Pessoa, Guarabira e Campina Grande.



ESCRITÓRIO SOCIAL

O Escritório Social é um equipamento que atende as pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares, encaminhando para a rede de serviços. Atualmente o Governo da Paraíba, mantém duas unidades, uma em João Pessoa e outra em Campina Grande.

O Escritório Social, possui uma equipe multidisciplinar que recebe e encaminha demandas diversas para inserção no mercado de trabalho, retirada de documentação civil, encaminhamento para serviços de educação, saúde e assistência social.

Cerca de 1.200 pessoas foram atendidas pelo referido serviço. Em ação com as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Humano e da Administração Penitenciária, foi disponibilizadas 25 vagas de empregos para os egressos do sistema prisional, com um investimento de R\$ 27.500.





ESCRITÓRIO SOCIAL

Concretizando direitos



DEPEN

 P N
U D

 ANU

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PROJETO MEU 1º ESPORTE

Projeto Meu 1º Esporte: meu direito garantido. Tem como objetivo incentivar a prática de esporte para crianças e adolescentes de 08 a 13 de idade como direito fundamental.

O foco do projeto é proporcionar interação e socialização entre os participantes, estimulando o trabalho em grupo e fortalecendo vínculos comunitários. São ofertadas 240 vagas ao ano.

SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO



Somos todos
PARAÍBA
Governo do Estado



LANÇAMENTO DO SISMSE PB

O Sistema de Medida Socioeducativa da Paraíba (SISMSE-PB), trata-se de um ferramenta de registro de dados para o acompanhamento dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto e fechado, como também de seus familiares no Estado da Paraíba.

Lançado em julho de 2022, a Paraíba é o estado pioneiro na implantação de um sistema que agrega a execução das medidas em meio aberto e meio fechado.

CASA DOS CONSELHOS

A Casa dos Conselhos é uma estrutura física organizada, de referência, que tem a finalidade de articular fortalecer e apoiar o funcionamento de conselhos vinculados administrativamente a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano, nela instalados, objetivando facilitar o acesso da comunidade às instancias de controle social.

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA PARAÍBA - CEDCA PB

O CEDCA, nos últimos dois anos realizou a campanha de arrecadação para o Fundo Estadual da Criança e do Adolescente - FUNDESC, lançou o edital de chamamento público para Organizações da Sociedade Civil, no valor R\$ 1,1 milhão.

Em fase de conclusão, a elaboração de dois novos planos; Plano Estadual pela Primeira Infância e de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, e a revisão dos quatro planos existentes: Planos Estaduais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador, Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (SINASE), todos com vigência de 10 anos.

Implantou o Conselho Participativo de Adolescentes (CPA), e realizou seminários regionais para Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA's).

CAPACITA PB + SUAS

O CapacitaPB+SUAS contempla ações de capacitação e formação no âmbito da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, com objetivo de aprimorar a prática profissional dos trabalhadores, gestores e operadores do controle social. Durante o período de 2021 e 2022 foram realizados 16 cursos, perfazendo um total de mais de 4.084 profissionais capacitados em todo o Estado da Paraíba, cumprindo o compromisso com a educação permanente no âmbito do SUAS, um investimento de R\$ 488 mil.

Em articulação com a Escola de Conselhos foi realizado o curso de formação para Conselheiros de Defesa de Direitos e Tutelares com participação de 1.235 agentes de garantia de direitos e com um investimento de R\$1,8 milhões.



SIPIA - CONSELHO TUTELAR

O SIPIA - Sistema de Informação para a Infância e Adolescência, responsável pelo registro e tratamento de informações com abrangência nacional, sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em 2021, foram realizadas capacitações com os Conselheiros Tutelares e de Direitos, técnicos de referências nos municípios e atores do Sistema de Garantia de Direitos- SGD, objetivando o manuseio do sistema.

Na Paraíba foram capacitados 1000 agentes do Sistema de Garantia de Direitos, dentre eles Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Defesa de Direitos, técnicos dos serviços municipais e estaduais e do Sistema de Justiça; seja na modalidade virtual e presencial.

CREAS REGIONAIS

Nova sede do Creas de Alagoinha.

Inaugurada em agosto de 2021, o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas) de Alagoinha, teve investimentos na ordem de R\$ 410 mil.

O prédio do Creas, possui área total de 700 m², sendo 216,60 m² de área construída.

O serviço CREAS oferta trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violações de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS.

Também foi realizado o monitoramento dos 26 CREAS Regionais, com cobertura para 124 municípios, cujo objetivo foi analisar a estrutura física e administrativa do serviço; bem como dialogar com as gestões municipais e oportunizar um estudo sobre o processo de regionalização do atendimento.

O investimento da ação foi de R\$ 10.440,00.





13ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PARAÍBA

O Estado da Paraíba, promoveu a Conferência Estadual de Assistência Social, em outubro de 2021. As Conferências são mecanismos democrático de deliberação, controle e participação social dos cidadãos brasileiros sobre a política e o orçamento público, bem como propor o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social. As Conferências de Assistência Social são de suma importância para o governo e a sociedade civil (trabalhadores, entidades e usuários) para que possam reconhecer a importância dessa política, seus desafios e potencialidades para a vida da população.

Municípios que realizaram Conferências Municipais: 215

Total de Municípios que participaram da Conferência Estadual: 144

Total de Delegados (as) que participaram da Conferência Estadual: 176



COFINANCIAMENTO

O Cofinanciamento da Política de Assistência Social firmado no pacto federativo, estabelece responsabilidades aos três entes de governo, com financiamento voltado para prestação dos serviços, programas, projetos e benefícios do Sistema Único de Assistência Social.

Na Paraíba, o Cofinanciamento Estadual foi instituído pela 10.546/2015 e regulamento pelo Decreto N° 36.389/2015 que estabelecem normas que regulamentam a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social- FEAS para os Fundos Municipais de Assistência Social - FMAS.

Considerando os critérios de partilha pactuados na Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social - CIB/PB, em 4 anos a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, repassou mais de R\$ 22 milhões para municípios paraibanos, a fim de subsidiar uma série de ações de assistência e proteção social.

PROJETO ACOLHER

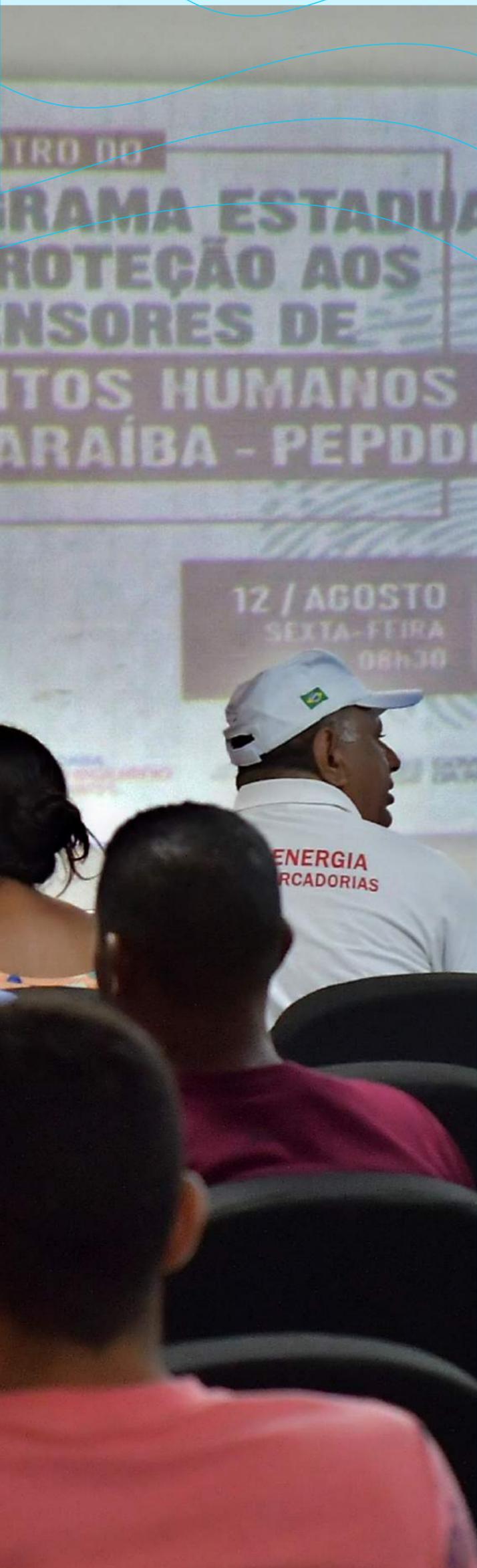
O objetivo do Projeto é fortalecer o acolhimento das pessoas idosas do Estado da Paraíba, pelas Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), na perspectiva de proporcionar qualidade de vida e proteção social.

Ao longo do período de 2019 a 2022 foram destinados de R\$ 5.142.728,18, beneficiando mais de 1.450 pessoas idosas institucionalizadas.



DIREITOS HUMANOS





Em maio de 2021 foi implantada a Gerência Executiva de Direitos Humanos, estruturada em duas gerências operacionais: I) Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e II) Promoção e Acesso à Cidadania.

Sob o eixo da Gerência Operacional de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, tem atuado nas seguintes iniciativas:

I) Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico e Desaparecimento de Pessoas (NETDP/PB); II) Núcleo de Denúncias de Violação dos Direitos Humanos (Disque 123); III) Núcleo Técnico de Prevenção à Violência em Conflitos Fundiários; IV) Núcleo de Assessoria aos Programas de Proteção (PPCAAM, PROVITA, PEPDDH) e, ainda, na coordenação dos Conselhos Deliberativos e do Conselho Gestor voltados ao acompanhamento dos respectivos programas de proteção; V) Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico e Desaparecimento de Pessoas da Paraíba (CETDP/PB); VI) Comissões Estaduais de Erradicação do Trabalho Escravo da Paraíba (COETRAE/PB) e de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV/PB).

O eixo da Gerência Operacional de Promoção do Acesso à Cidadania abriga os Núcleos:

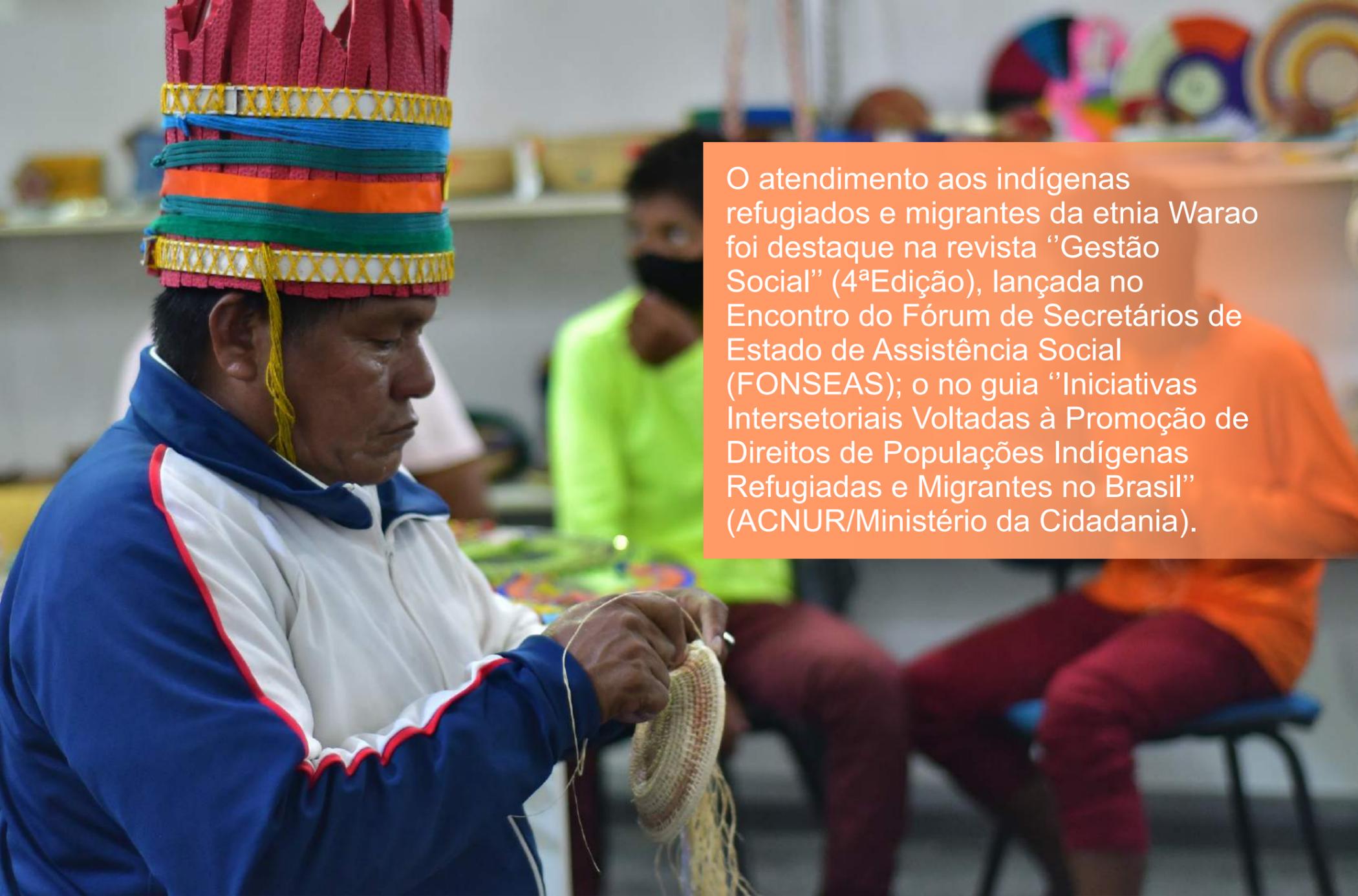
I) Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais, Migrantes e Refugiados; II) Política para Pessoas com Deficiência; III) Promoção do Acesso à Documentação Básica; além de coordenar os Comitês Gestores Estaduais de Inclusão das Pessoas com Deficiência (CGPCD) e do Plano Social do Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica.

PROGRAMAS DE PROTEÇÃO A PESSOAS AMEAÇADAS DE MORTE

Em 2021, a Paraíba se tornou um dos sete estados do Brasil que executam a tríade dos programas de Proteção à pessoas ameaçadas de morte: Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes (PPCAAM), Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), firmados mediante convênios entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, executados através de Termo de Colaboração com a Organização da Sociedade Civil Casa Pequeno Davi. Para a execução dos programas, o Governo da Paraíba alocou mais de R\$ 5 milhões de recursos próprios, que somado aos recursos da União contabilizam o montante de R\$ 13.328.573,90. Após um ano de implementação, o PPDDH ofereceu proteção para 15 defensores e defensoras de Direitos Humanos. De janeiro de 2020 a dezembro de 2022, o PPCAAM protegeu mais de 90 pessoas, o que inclui crianças e adolescentes ameaçados e seus familiares. De 2020 a 2022, o PROVITA incluiu mais de 50 pessoas em proteção.

MIGRANTES E REFUGIADOS

Desde 2020, o abrigo para os migrantes e refugiados venezuelanos indígenas da etnia Warao é executado em João Pessoa, através de convênio firmado com a Ação Social Arquidiocesana (ASA), com recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado (FUNCEP/PB). Atualmente, estão acolhidos cerca de 350 indígenas em 7 casas-abrigo, totalizando um investimento de R\$ 2.500.000,00 (2020-2022). No último ano, houve significativo avanço na qualidade da implementação e estruturação do Serviço de Acolhimento para famílias venezuelanas indígenas, com a pactuação do Plano de Ação para Oferta de Ações Socioassistenciais à Migrantes e Refugiados em situação de vulnerabilidade social decorrente do fluxo migratório por crise humanitária, além do recebimento de recurso do cofinanciamento federal através do Fundo Nacional de Assistência Social – FEAS. Essa experiência tem sido reconhecida pelas organizações internacionais que acompanham as ações de acolhida humanitária no Brasil. Em 2021 e 2022, o Governo do Estado recebeu a certificação “Migracidades: Aprimorando a Governança Migratória Local no Brasil”, cuja Plataforma é promovida pela Organização Internacional para as Migrações e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O trabalho do Governo da Paraíba também foi reconhecido pelo Prêmio de Boas Práticas para a garantia de direitos dos migrantes (ACNUR/Ministério da Cidadania).



O atendimento aos indígenas refugiados e migrantes da etnia Warao foi destaque na revista "Gestão Social" (4ª Edição), lançada no Encontro do Fórum de Secretários de Estado de Assistência Social (FONSEAS); o no guia "Iniciativas Intersetoriais Voltadas à Promoção de Direitos de Populações Indígenas Refugiadas e Migrantes no Brasil" (ACNUR/Ministério da Cidadania).



DISQUE 123

O Disque 123 é um canal de acesso a população para fazer denúncias sobre as diversas formas de violência e violação de direitos. Receber, encaminhar e monitorar as denúncias é atribuição e compromisso do serviço. Com abrangência em todo o Estado, as denúncias podem ser registradas das 06h às 22h, todos os dias, sem interrupção por meio de ligação gratuita.





DISQUE 123 NAS ESCOLAS - foi um projeto criado no intuito de apresentar o serviço ofertado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, levando informações acerca de violações de direitos e orientando a comunidade escolar como buscar o serviço.

SISTEMA DISQUE 123 - Com o objetivo de otimizar e qualificar o serviço do Disque 123, criou-se o sistema de registro de informação, gerando dados precisos e celeridade aos encaminhamentos das demandas.

CENTRO DE ATENDIMENTO AO AUTISTA



Em 2020, O Governo da Paraíba implantou o primeiro Centro de Atendimento ao Autista no Estado. Um espaço inovador criado para fortalecer a Política de inclusão e oferecer atendimento especializado e qualificado às pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Os atendimentos são nas áreas de nutrição, psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, e suporte da equipe de serviço social.

Em João Pessoa, o investimento é de R\$ 4 milhões, com capacidade de atendimento de 350 usuários, abrangendo 41 municípios da Paraíba.

Por meio de termo de cooperação técnica com o Instituto Casa Azul o serviço foi ampliado para os municípios de Arara, Bananeiras, Solânea, Casserengue, Dona Inês, Belém, Borborema e Serraria, todos da região do Brejo Paraibano.

Investimento: 687.760,97 mil.
total de usuários: 215 usuários.

Centro de Atendimento ao Autista - Campina Grande, inaugurado em abril de 2022, com capacidade para atender 360 usuários e o investimento de R\$ 1.806.845,57



EMPREGO E RENDA

SINE-PB

O Sistema Nacional de Emprego na Paraíba realiza seus serviços em 19 postos instalados nos 15 municípios, sendo eles: João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Santa Rita, Cajazeiras, Itaporanga, Sapé, Mamanguape, Bayeux, Cabedelo, Patos, Monteiro, Conde, Pombal, São Bento.

Atendimentos gerais: 258.649 mil
Novos inscritos: 25.278 mil
Encaminhados: 38.121 mil



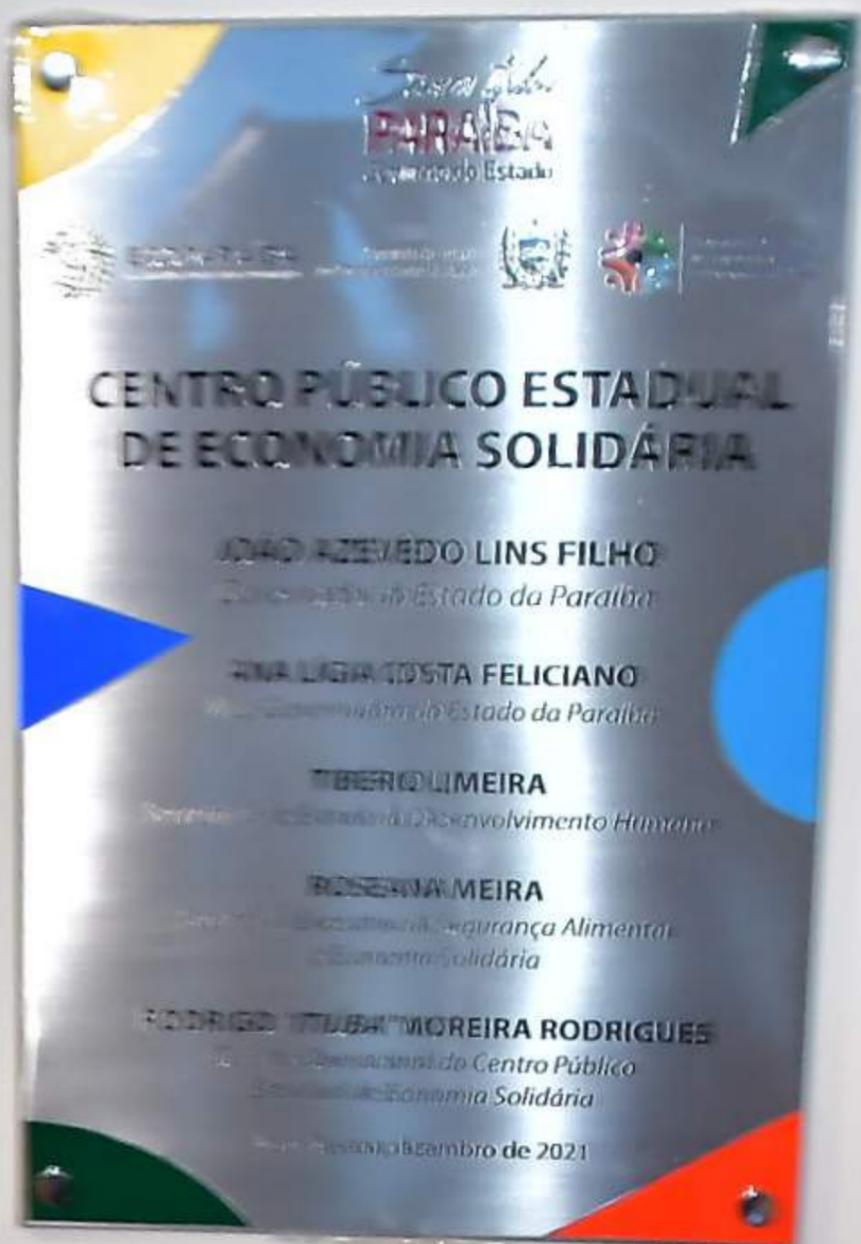


CENTRO PÚBLICO ESTADUAL



AL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA





O Centro Público Estadual de Economia Solidária é um espaço multifuncional, que executa um conjunto de atividades, tais como: formação, assistência técnica, comercialização e articulação local de Empreendimentos Econômicos Solidários, fortalecendo e fomentando a economia solidária no território, onde sua articulação em uma rede, constrói uma maior integração de políticas de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda através do fomento à organização do trabalho coletivo e autogestionário.

Em dezembro de 2021, o espaço passou a ter suas atividades desempenhadas no bairro de Tambaú, em João Pessoa, local com mais capacidade de atrair o público alvo para a comercialização e assim escoar melhor a produção dos grupos que foram selecionados por meio de edital de chamada pública.

O espaço é composto por 34 Empreendimentos Econômicos Solidários (08 da agricultura familiar, 22 do artesanato, 02 de finanças solidárias, 02 de serviços) que em conjunto estão movimentando aproximadamente R\$ 12.000,00 por mês.





ABONO NATALINO

O Abono Natalino é um Programa de Transferência de Renda do Governo do Estado, que tem o objetivo de complementar a renda das famílias em situação de vulnerabilidade social e de extrema pobreza. As famílias beneficiadas, recebem o valor de R\$64,00.

O Governo da Paraíba, dobrou o valor do benefício e já injetou um volume de R\$152,3 milhões durante 4 anos.



Acompanhe nossas ações através das redes sociais

 @sedhgovpb

 <https://www.facebook.com/sedhgovpb/>

 <https://www.youtube.com/@sedhgovpb>